



APL - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL 09-CP-2025

**PARA ADJUDICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA À
APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.**

PROGRAMA

INDICE

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	4
Secção I - Disposições gerais	4
Artigo 1.º - Objeto do concurso	4
Artigo 2.º - Entidade Adjudicante	4
Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar	4
Artigo 4.º - Júri do procedimento	4
Artigo 5.º - Concorrentes	5
Artigo 6.º - Acesso e consulta das peças do procedimento	6
Artigo 7.º - Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento	7
Artigo 8.º - Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas	8
Artigo 9.º - Idioma	9
Artigo 10.º - Inspeção dos locais	9
Secção II - Proposta	10
Artigo 11.º - Preço Base e Modo de apresentação de propostas	10
Artigo 12.º - Prazo de apresentação das propostas	11
Artigo 13.º - Prazo de manutenção das propostas	11
Artigo 14.º - Proposta	11
Secção III - Avaliação e Audiência Prévia	14
Artigo 15.º - Esclarecimentos sobre as propostas	14
Artigo 16.º - Critérios de adjudicação	15
Artigo 17.º - Relatórios preliminar e final	16
Secção IV - Adjudicação, Habilitação e Celebração do Contrato	17
Artigo 18.º - Notificação da adjudicação e documentos de habilitação	17
Artigo 19.º - Caducidade da adjudicação	18
Artigo 20.º - Causas de não adjudicação	19
Artigo 21.º - Caução	20
Artigo 22.º - Aprovação e aceitação da minuta do contrato	20
Artigo 23.º - Celebração de contrato escrito	21
Secção V - Disposições finais	22
Artigo 24.º - Despesas	22
Artigo 25.º - Legislação aplicável	22
ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREVALÊNCIA DAS TRADUÇÕES	24
ANEXO II - DECLARAÇÃO DO CONCORRENTE	25
ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA ECONÓMICA	26

ANEXO IV – MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	30
ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO	32
ANEXO VI - EQUIPA DE VIGILANTES A AFETAR À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NOS POSTOS FIXOS	33
ANEXO VII - NOTA JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS PROPOSTOS	34
ANEXO VIII – MODELOS DE GARANTIAS	37
MODELO GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO	37
MODELO GARANTIA BANCÁRIA	38
MODELO SEGURO-CAUÇÃO.....	40
ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO RESPEITANTE AOS DADOS PESSOAIS	41

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Secção I - Disposições gerais

Artigo 1.º - Objeto do concurso

O presente procedimento de contratação, de Concurso Público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, segue as regras indicadas no presente Programa do Concurso e tem por objeto a celebração de um contrato para “Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância Privada à APL, S.A. – Administração do Porto de Lisboa, SA”, com a referência 09-CP-2025, nos termos e condições previstos no Caderno de Encargos.

Artigo 2.º - Entidade Adjudicante

A Entidade Adjudicante é a APL - Administração do Porto de Lisboa, SA, abreviadamente designada por APL, S.A., com o número de identificação de pessoa colectiva n.º 501202021, com os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento:

Plataforma Eletrónica de Contratação: <https://www.acingov.pt>

APL, S.A. – Sede - Gare Marítima de Alcântara, 1350-355 Lisboa;

Telefone n.º (+351) 213611000;

Correio eletrónico: geral@portodelisboa.pt

Artigo 3º - Órgão que tomou a decisão de contratar

1.A decisão de contratar e a decisão de autorização da despesa do presente procedimento resultaram da deliberação do Conselho de Administração da APL, S.A. número 16, de 16/04/2025.

2.A decisão de não adjudicação por lotes é justificada nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP e uma vez que o contrato a celebrar abrange prestações cuja separação causaria graves inconvenientes para a Entidade Adjudicante.

Artigo 4º -Júri do procedimento

1. O presente procedimento é conduzido por um Júri composto por 5 (cinco) membros efetivos, um dos quais preside, e 3 (três) suplentes, designado pela Entidade Adjudicante, entrando em funções no primeiro dia útil após o envio do Anúncio do Concurso para publicação.

2. Ao Júri compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não seja cometida injuntivamente ao órgão competente para a decisão de contratar da Entidade Adjudicante.
3. Compete ao Júri, nomeadamente, a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios de análise.
4. O Júri pode, a todo o momento, emitir oficiosamente esclarecimentos que permitam a boa interpretação das peças do procedimento.
5. As deliberações do júri são aprovadas por maioria dos votos, não sendo admitida a abstenção, e devem ser fundamentadas.
6. Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do Júri, deve mencionar-se em ata essa circunstância, devendo o membro em questão nela fazer exarar as razões da sua discordância.

Artigo 5.º - Concorrentes

1. Podem concorrer ao presente concurso pessoas coletivas, nacionais ou estrangeiras que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e que sejam titulares das necessárias autorizações e/ou licenças para a prestação dos serviços objeto do presente concurso, nos termos da legislação aplicável, não podendo ser concorrentes as entidades que se encontrem em alguma das situações referidas no n.º 3 e 4 do art.º 69.º do Código do Procedimento Administrativo (referente à prestação de serviços a elementos das Entidades Adjudicantes) e no n.º 2 e seguintes do art.º 9.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, na sua redação aplicável, designadamente da Lei n.º 69/2020, de 9 de novembro, (referente a titulares de cargos políticos e altos cargos públicos ou seus familiares ou sociedades por si ou por familiar detidas ou geridas), devendo atestar o indicado nos termos indicados neste programa.
2. Os concorrentes podem recorrer a subcontratados nos termos previstos no Caderno de Encargos e neste Programa, sendo designadamente vedada a subcontratação para a gestão e monitorização de sinais de alarme, de videovigilância ou tratamento de dados pessoais da Entidade Adjudicante como previsto no art.º 57.º da Portaria n.º 273/2013, de 20 de agosto, na sua redação atual decorrente da Portaria n.º 292/2020, de 18 de dezembro.
3. É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, sem que entre eles exista qualquer modalidade jurídica de associação no momento da apresentação da proposta.
4. Os membros de um agrupamento concorrente nos termos do número anterior, não podem

concorrer individualmente nem integrar outro agrupamento concorrente para efeitos de apresentação de propostas a este mesmo concurso.

5. Cada agrupamento concorrente deverá adotar uma designação pela qual será identificado para efeitos do presente concurso.

6. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as entidades agrupadas serão responsáveis solidariamente, perante a Entidade Adjudicante, pela manutenção da proposta que vier a ser apresentada.

7. No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento de concorrentes, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária e ilimitada, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de junho, com sede social na União Europeia .

Artigo 6.º - Acesso e consulta das peças do procedimento

1. O processo do procedimento de concurso é composto pelas seguintes peças:

1.1. Programa do Procedimento, com 9 (nove) anexos:

- a) ANEXO I - Modelo de declaração de prevalência das traduções
- b) ANEXO II - Declaração do concorrente (Documento Europeu Único de Contratação Pública-DEUCP);
- c) ANEXO III – Proposta económica;
- d) ANEXO IV - Modelo de avaliação das propostas
- e) ANEXO V – Declaração de habilitação
- f) ANEXO VI – Equipa de vigilantes a afetar à prestação de serviços
- g) ANEXO VII - Nota justificativa dos preços propostos
- h) ANEXO VIII - Modelos de caucões
 - i. Modelo de Garantia Bancária
 - ii. Modelo de seguro-caução à primeira solicitação
- i) ANEXO IX – Modelo de declaração respeitante aos dados pessoais

1.2. Caderno de Encargos constituído pelos seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Identificação e caracterização dos postos regulares
- b) ANEXO II – Planta da área de jurisdição da APL, S.A.

c) ANEXO III – Equipa de vigilantes que prestam serviços atualmente

2. O Programa é o regulamento que define os termos a que obedece a fase de formação do contrato até à sua celebração.
3. O Caderno de Encargos é a peça do procedimento que contém as cláusulas a incluir no contrato a celebrar.
4. O Programa e o Caderno de Encargos são constituídos pelos artigos e cláusulas constantes dos documentos referidos no índice geral e respetivos anexos.
5. Os interessados podem descarregar gratuitamente as peças deste procedimento a partir da plataforma eletrónica de contratação da Entidade Adjudicante AcinGov acessível em <https://www.acingov.pt> de acordo com as indicações constantes da mesma, encontrando-se também disponíveis para consulta em suporte papel na Divisão de Contratação Pública da APL, S.A. (das 9h30 às 12h30 e das 14h30h às 17h00, na Divisão de Contratação Pública, Edifício Infante D. Henrique, Doca de Alcântara 1399-012 Lisboa).
6. O presente procedimento será integralmente tramitado através de plataforma eletrónica de contratação AcinGov, disponível no endereço <https://www.acingov.pt/>

Artigo 7.º - Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar ao Júri os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar à Entidade Adjudicante uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
 - a. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b. Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
 - d. Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
3. A lista a apresentar à Entidade Adjudicante deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que apenas

pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

4. O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 do art.º 378.º do Código dos Contratos Públicos, aplicável nos termos do disposto no art.º 454.º e art.º 447.º-A do referido código, designadamente o Adjudicatário suportar metade do valor dos serviços complementares de suprimento de erros e omissões.

5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:

- a. O Júri, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
- b. A Entidade Adjudicante (através de decisão do órgão competente para a decisão de contratar) pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

6. A Entidade Adjudicante deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.

7. Independentemente do disposto nos números anteriores, a Entidade Adjudicante pode, oficiosamente (através de decisão do seu órgão competente para a decisão de contratar), proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5 deste artigo, ou até ao final do prazo de entrega da proposta, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no art.º 64.º do Código dos Contratos Públicos.

8. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

9. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 8.º - Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no art.º 7 sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado, sem prejuízo de, quando o anúncio do procedimento tiver sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia, o período de

prorrogação não poder ser inferior a seis dias ou, nas situações previstas no n.º 3 do art.º 136.º do Código dos Contratos Públicos e nos n.ºs 2 e 3 do art.º 174.º do mesmo código, a quatro dias.

2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas no art.º 7, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de emissões.

3. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

4. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 130.º e nos n.ºs 1 a 3 do art.º 131.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 9.º - Idioma

No âmbito do presente Concurso, todos os documentos entregues pelos Concorrentes devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, em relação à qual os mesmos declarem aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, conforme Declaração constante do Anexo I ao **Programa do**

Procedimento.

Artigo 10.º - Inspeção dos locais

1. Durante o prazo para a apresentação de propostas, os interessados podem solicitar com a antecedência mínima de **2 (dois) dias**, a inspeção aos locais de execução dos trabalhos e realizar neles os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.

2. As visitas referidas no número anterior são efetuadas nas datas e de acordo com a metodologia definida, na sequência da receção de cada pedido de visita, pela Entidade Adjudicante.

3. O pedido de visita referido no número anterior deverá ser enviado através da plataforma eletrónica AcinGov e nele deverão constar o nome completo, número de Bilhete de Identidade, Cartão de Cidadão ou Passaporte e data de nascimento de cada pessoa que pretenda efetuar a visita e, ainda, indicação de todas as matrículas das viaturas a utilizar para o efeito, a fim de poderem ser tratadas todas as formalidades de acesso e circulação nos terminais portuários.

4. Independentemente das informações fornecidas nas peças patenteadas a concurso entende-se que, com a apresentação da sua proposta a concurso, o Concorrente se inteirou localmente das condições de realização de todos os trabalhos a efetuar e de todos os factos e circunstâncias relevantes para o desenvolvimento da atividade, tendo procedido a todas as avaliações, indagações e medições para o efeito necessárias, pelo que o Adjudicatário será responsável durante a execução da prestação de serviços por qualquer errada interpretação das Peças do Procedimento ou do contrato que derivem da falta de inspeção dos locais, instalações e equipamentos.

5. As visitas previstas neste artigo têm natureza complementar, e não têm, em caso algum, efeito sobre a contagem dos prazos previstos no Programa do procedimento.

Secção II - Proposta

Artigo 11.º - Preço Base e Modo de apresentação de propostas

1. Pelo fornecimento dos serviços e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato deve a Entidade Adjudicante pagar ao Adjudicatário a quantia total que constar da proposta, a qual não pode exceder os 2.200.000,00€ (dois milhões e duzentos mil euros), não incluindo o IVA. O valor base mencionado no ponto anterior decompõe-se da seguinte forma:

- a) 2.026.141,04€ (dois milhões e vinte seis mil, cento e quarenta e um euros e quatro centimos) respeitante aos postos regulares e vigilância eletrónica regular;
- b) 173.858,96€ (cento e setenta e três mil, oitocentos e cinquenta e oito euros e noventa e seis centimos), respeitante aos serviços ocasionais;

2. A entrega da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível no sítio eletrónico <https://acingov.pt>, nos termos descritos no artigo seguinte.

3. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e todos os demais documentos que apresentarem, de acordo com os artigos 54.º e 57.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, próprios ou disponibilizados pela plataforma eletrónica.

Artigo 12.º - Prazo de apresentação das propostas

1. As propostas são apresentadas nos termos do artigo anterior na plataforma eletrónica, podendo o seu carregamento ser feito progressivamente e concluído e submetido até às 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do 30.º (trigésimo) dia a contar da data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia.
2. O carregamento mencionado no número anterior é feito na área reservada na plataforma eletrónica em exclusivo ao interessado em causa e relativa ao procedimento em curso, de acordo com o estabelecido no artigo 68.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. A apresentação da proposta fica concluída quando, após o Concorrente ter procedido ao carregamento progressivo dos ficheiros e dos formulários respetivos na plataforma eletrónica, devidamente encriptados, procede à sua submissão, nos termos do artigo 70.º da citada Lei n.º 96/2015.
4. O Concorrente é o único responsável pelos atrasos que eventualmente se verifiquem, não podendo, por isso, considerar-se tempestivamente apresentadas as propostas e quaisquer documentos que sejam recebidos depois do prazo indicado.

Artigo 13.º - Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes devem manter as propostas apresentadas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias úteis contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 14.º - Proposta

1. Cada Concorrente apenas pode apresentar uma proposta, não sendo admitida a apresentação de propostas variantes nem de propostas condicionadas.
2. A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos, apresentados pela ordem indicada, os quais não deverão conter rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas, salvo se forem devidamente ressalvadas:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública – DEUCP, apresentado em conformidade com o indicado no Anexo II;
 - b) No caso de agrupamentos de concorrentes, a mesma declaração deve ser assinada por todas as empresas que os compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo seu representante comum devendo neste caso, para o efeito, ser apresentados os competentes instrumentos de mandato, emitidos por cada uma das entidades que compõem o agrupamento, com indicação dos direitos

e obrigações de cada uma das sociedades que o constituem no âmbito do Contrato;

- c) Cópia de certidão de registo Comercial da sociedade ou sociedades que integrem o Concorrente ou código de certidão permanente e procuração, ata ou outro documento, no caso da certidão de registo comercial da sociedade não ser instrumento bastante para comprovar os poderes do subscritor da proposta;
- d) Declaração, sob compromisso de honra, de que, relativamente aos dados respeitantes à equipa de vigilante e juntos com a sua proposta, obteve de cada um dos titulares dos dados a que respeita cada uma das licenças e certificações, uma declaração assinada, conforme o modelo constante do Anexo IX ao programa do procedimento, respeitante ao tratamento dos seus dados no âmbito do presente procedimento concursal. O Júri do concurso reserva-se o direito de solicitar os comprovativos das declarações assinadas pelos respetivos titulares;
- e) Documentos que em função dos aspetos submetidos a avaliação, contenham os atributos da proposta (assinados por representante do interessado através de assinatura eletrónica):

Proposta Económica, em formato PDF e em formato editável xlsx, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo III ao presente Programa de Procedimento, tendo em conta a legislação relativa ao exercício da atividade e as tabelas remuneratórias definidas nos acordos coletivos de trabalho devendo ser respeitados os seguintes preços máximos unitários:

	PM - Preços Máximos de referência (€)
PR - PREÇO MENSAL TOTAL pelos 12 (doze) postos regulares	63.070,00
POV- Preço Trabalhos Ocasionais (€/hora/vigilante) -Categoria Vigilante	--
POV1 - Hora Diurna	12,70
POV2 - Hora noturna	15,26
POV3 - Hora diurna feriados	22,96
POV4 - Hora noturna feriados	25,53
POVP- Preço Trabalhos Ocasionais (€/hora/vigilante) -Categoria Vigilante Portuário - APA-P	--
POVP1 - Hora Diurna	14,08
POVP2 - Hora noturna	16,94

POVP3 - Hora diurna feriados	25,56
POVP4 - Hora noturna feriados	28,44

PE- Preços para a vigilância eletrónica (€)

--

PE1 - Preço de ligação de central local de segurança (deteção de incêndio) e proteção (anti-intrusão) à central recetora de alarmes da empresa adjudicatária (<u>valor mensal por cada posto</u>)	10,57
PE2 - Preço de deslocação de piquete de intervenção (<u>valor por deslocação</u>)	50,00
PE3 - Preço de permanência do piquete (<u>valor/hora</u>)	25,00

O preço total da proposta será expresso em euros, arredondado a duas casas decimais, e não incluirá o imposto sobre o valor acrescentado.

f) Documentos relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos a concorrência (através de assinatura eletrónica):

- i. Documento demonstrativo da estrutura de custos do trabalho necessário à execução do contrato, o qual deverá ser elaborado de acordo com o modelo em anexo VII. Por força do disposto no n.º 4 do artigo 57.º-A do CCP, este documento é classificado, independentemente da apresentação do requerimento previsto no n.º 1 do artigo 66.º do citado Código, pelo que, aquando da sua submissão na plataforma eletrónica, o concorrente deverá providenciar a apresentação do documento na condição de “classificado”. Este documento deverá ser entregue em formato PDF e em formato editável xlsx.
- ii. Indicação de toda a equipa a afetar à prestação de serviços nos termos do anexo VI, no qual seja possível distinguir o número de vigilantes com certificação para intervenção de 1ª intervenção com aparelhos DAE (Desfibrilhador Automático Externo) e o número de vigilantes com formação certificada em código de proteção ISPS (Código Internacional

para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias). Por forma a cumprir as exigências do caderno de encargos, o número de vigilantes com formação certificada de proteção ISPS não poderá ser inferior a 8 (oito) e o número de vigilantes com certificação para intervenção de 1ª intervenção com aparelhos DAE não poderá ser inferior a 12 (doze).

No anexo VI deverá ser indicado também o Técnico responsável que, em caso de adjudicação, superintenderá a prestação de serviço. Para o exercício desta função é recomendável que este técnico tenha formação em ISPS. O anexo VI deverá ser considerado como documento classificado caso contenha dados pessoais que impliquem a identificação qualquer membro da equipa.

- iii. Plano de formação dos recursos humanos a envolver em postos de segurança sob alçada do Código Internacional para a Segurança dos Navios e das Instalações Portuárias (Código ISPS), atendendo aos requisitos identificados nas Cláusulas números 21.º e 24.º do Caderno de Encargos;
- g) Caso o interessado indique que recorre a entidades terceiras, documento identificando o(s) subcontratado(s) e o âmbito da sua intervenção (assinado através de assinatura eletrónica), devendo ser apresentados os documentos de prova das respetivas habilitações para a prestação dos serviços em causa;
- h) Sendo o caso, documentação para comprovar os poderes do representante do interessado, como certidão de registo comercial (ou respetivo código de acesso) e instrumentos de mandato (procuração ou ata de deliberação do respetivo órgão de gestão);
- i) O representante do interessado deverá assinar digitalmente, mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica nos termos indicados no art.º 11.º deste Programa;
- i) No caso de se tratar de propostas traduzidas para português, os concorrentes deverão apresentar ainda o anexo I ao programa do procedimento.
- j) Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos de avaliação da mesma.

Secção III - Avaliação e Audiência Prévia

Artigo 15.º - Esclarecimentos sobre as propostas

1. Nos termos do artigo 72.º do CCP o júri do concurso pode solicitar aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica AcinGov, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 16º - Critérios de adjudicação

1. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a Entidade Adjudicante, designadamente a que obtenha a melhor pontuação global, tendo em conta os fatores, subfatores, respetivos índices de ponderação e modelo de avaliação indicados no Anexo IV ao presente Programa do Procedimento. Este critério de adjudicação é justificado pelo reduzido prazo para conclusão do concurso.
2. Sempre que sejam apresentados preços anormalmente baixos o Júri poderá solicitar ao concorrente que preste esclarecimentos, por escrito e em prazo adequado, relativos aos elementos constitutivos relevantes da sua proposta que não entenda não estarem refletidos na nota justificativa apresentada nos termos do n.º2, alínea e), do art.º 14.º;
3. Consideram-se preços anormalmente baixos os que sejam inferiores a 20% (vinte por cento) dos preços máximos unitários, de referência, mencionados no artigo 14.º, atendendo aos preços médios obtidos em anteriores concursos e aos contratos coletivos e extensões, dos seus efeitos entretanto verificados.
4. Em caso de empate na classificação final, entre as propostas mais vantajosas, serão utilizados como critérios de desempate:
 - a) Em primeiro lugar, a pontuação obtida no fator PR – Preço mensal de todos os postos Regulares e videovigilância;
 - b) Em segundo lugar, a pontuação obtida no fator PO – Preço dos Serviços Ocasionais;
 - c) E, finalmente, caso ainda se mantenha o empate, a adjudicação será feita por sorteio entre as propostas mais vantajosas que ainda se mantenham empatadas, realizado pelo Júri na presença de representante de cada um dos concorrentes, que se queiram fazer representar, nas instalações

da Entidade Adjudicante, em local, data e hora a designar com a antecedência mínima de 2 (dois) dias, nos seguintes termos:

- i) Serão convidados a estarem presentes, em data, hora e local a indicar, os representantes das propostas empatadas, que deverão fazer-se acompanhar de um documento comprovativo da qualidade em que atuam;
- ii) O sorteio será composto por tantas bolas, numeradas sequencialmente, quanto as propostas em situação de empate, com início no número 1, e condicionadas num saco opaco;
- iii) Os representantes concorrentes devidamente credenciados no ato do sorteio, retiram do saco uma bola, cuja primeira bola a ser retirada será pelo concorrente cuja proposta foi apresentada mais cedo, e assim sucessivamente, até todos os concorrentes terem retirado uma bola;
- iv) Havendo recusa em retirar a bola do saco por parte de um dos concorrentes, o mesmo será representado por um dos elementos do júri, designado pelo Presidente do júri;
- v) Terminado o processo de extração das bolas, ficará em primeiro lugar a proposta que tenha extraído a bola com o número 1, ficando nos lugares subsequentes as restantes propostas de acordo com o número da bola extraída;
- vi) Do ato será lavrada ata.

5 – As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 17.º - Relatórios preliminar e final

1. Após a análise das propostas, o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado sobre o mérito das mesmas, fazendo referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, caso existam, e propondo a ordenação das propostas de acordo com os critérios de adjudicação ou a sua exclusão e respetiva fundamentação, nos termos do n.º 2 e n.º 3 do art.º 146.º do CCP e no n.º 5 do art.º 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto e, bem assim, a ordenação das propostas relativamente à qual não seja identificado qualquer fundamento de exclusão.
2. Do primeiro relatório preliminar deve constar referência a eventuais esclarecimentos que o Júri entenda, livremente, solicitar aos concorrentes e, nesse caso, os esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 72.º do CCP.
3. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia, a promover pelo Júri, que fixa prazo de 5 (cinco) dias úteis para pronúncia, por escrito, a todos os Concorrentes.
4. Exercido o direito de audiência prévia referido no número anterior, ou decorrido o respetivo

prazo, o Júri pondera as observações formuladas e elabora relatório final de avaliação das propostas, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, que submete à apreciação e decisão da Entidades Adjudicante, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no artigo 146.º, n.º 2, do CCP.

5. Caso no relatório final se proponha a exclusão de qualquer proposta de modo inovador face ao relatório preliminar ou dele resulte uma ordenação diferente das propostas face ao constante no relatório preliminar, deve-se realizar nova audiência prévia, nos termos do n.º 2 do art.º 148.º.

Secção IV - Adjudicação, Habilitação e Celebração do Contrato

Artigo 18º - Notificação da adjudicação e documentos de habilitação

1. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os Concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas.

2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, Entidade Adjudicante notifica o Adjudicatário para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar:

a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo V ao presente Programa do procedimento e os demais documentos de habilitação exigidos nos termos do n.º 1 do art.º 81.º do Código dos Contratos Públicos e confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, bem como, no caso de ser um agrupamento, para apresentar os documentos comprovativos de associação nos termos do art.º 5.º números 6 e 7, do presente Programa, ou da constituição de sociedade comercial, cujo objeto social consista na prossecução das atividades compreendidas no objeto do Contrato.

b) Os documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do presente concurso, nomeadamente, comprovativos da titularidade dos alvarás A e C, licenças e autorizações necessárias para o exercício da atividade de segurança privada, designadamente os previstos nas alíneas a), c) e e) do n.º1, do artigo 3.º da Lei 34/2013, de 16 de maio.

c) Os documentos comprovativos da titularidade das licenças de vigilante dos membros da equipa, das certificações para intervenção de 1ª intervenção com aparelhos DAE (Desfibrilhador Automático Externo) e em código de proteção ISPS (Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias). Esta documentação deve ser considerada classificada caso contenha

dados pessoais que impliquem a identificação do(s) membros da equipa.

d) Documentos comprovativos da inexistência de dívidas à Autoridade Tributária e à Segurança Social;

e) Certificado de registo criminal do Adjudicatário, caso a anteriormente apresentada já não se encontre válida. No caso de pessoas coletivas, além do certificado de registo criminal do Adjudicatário, certificado de registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções do Adjudicatário;

f) No caso de pessoas coletivas, apresentar ainda o comprovativo do registo e atualização de beneficiário efetivo, nos termos do art.º 36.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação aplicável, atualmente a decorrente da Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto;

g) No caso de agrupamentos, todas as empresas constituintes de Agrupamento têm de apresentar os documentos de habilitação, referidos no presente Programa de Procedimento de acordo com o disposto no art.º 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

3. Caso o Adjudicatário recorra a subcontratado deve também apresentar na plataforma eletrónica de contratação, no mesmo prazo, os seus documentos de habilitação, de acordo com todas as alíneas do número anterior com as devidas adaptações.

4. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do Adjudicatário à Entidade Adjudicante, por um período não superior a cinco dias.

5. Os documentos de habilitação devem estar redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.

6. O Adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos referidos no n.º 2. através da plataforma eletrónica Acingov.

7. Os documentos referidos alínea b) do n.º 2 devem ser apresentados por todos os membros cuja atividade careça da sua titularidade.

8. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a Entidade Adjudicante notifica ainda o Adjudicatário para prestar caução nos termos do artigo 21.º.

Artigo 19.º - Caducidade da adjudicação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no artigo 18.º do presente Programa do procedimento;
 - b) Redigidos em língua portuguesa ou acompanhados da tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
2. A adjudicação caduca ainda se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário:
 - a) Não prestar, em tempo, a caução que lhe seja exigida nos termos do artigo 21.º deste Programa do procedimento;
 - b) Não apresentar as apólices dos seguros exigidos na Cláusula 14.º do Caderno de Encargos;
 - c) No caso de se tratar de um agrupamento, se os seus membros não se associarem nos termos previstos no artigo 5.º do presente Programa do Concurso;
 - d) Se o Adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar.
3. Na situação prevista no n.º 1, a Entidade Adjudicante notifica o Adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo não superior a 5 (cinco) dias para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
4. Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao Adjudicatário, a Entidade Adjudicante deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 5 (cinco) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
5. Nos casos previstos nos números anteriores, a Entidade Adjudicante deve decidir pela adjudicação ao concorrente classificado em lugar subsequente.

Artigo 20.º - Causas de não adjudicação

1. Não há lugar à adjudicação quando:
 - a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das Peças do Procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
 - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas,

relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem.

2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, é notificada a todos os concorrentes.
3. No caso da alínea c) do n.º 1. a Entidade Adjudicante dará início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

Artigo 21.º - Caução

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações legais e contratuais, o Adjudicatário prestará uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual proposto para os postos regulares para os 12 meses de duração inicial do contrato, ou 10% (dez por cento) caso o preço seja anormalmente baixo, nos termos do artigo 89.º, n.º 2 do CCP.
2. A caução deve ser prestada no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação a que se refere o artigo 19.º, a comprovar junto da Entidade Adjudicante no dia imediatamente subsequente, sob pena de caducidade, e pode ser prestada por depósito em dinheiro ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme escolha do Adjudicatário, nos termos das minutas constantes do Anexo VIII do presente Programa do Procedimento.
3. O depósito em dinheiro efetua-se numa instituição de crédito a indicar, à ordem da APL, S.A..
4. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da Entidade Adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação de caução.
5. Todas as despesas derivadas da prestação das cauções são da responsabilidade do Adjudicatário.
6. A Entidade Adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo Adjudicatário e ainda para fazer face a penalidades contratuais.
7. A Entidade Adjudicante avisa o Adjudicatário para repor no prazo de 15 (quinze) dias o valor da caução parcial ou totalmente utilizada.
8. No prazo máximo de 30 dias contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do Adjudicatário, a Entidade Adjudicante promove a liberação da caução a que se refere o artigo anterior.

Artigo 22.º - Aprovação e aceitação da minuta do contrato

1. A minuta é enviada ao Adjudicatário e considera-se por este aceite quando haja aceitação expressa

ou quando não haja proposta de alterações nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

2. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos números 2 e 5 do artigo 96.º do CCP ou ainda a recusa de ajustamentos propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar.

3. Em caso de reclamação a Entidade Adjudicante comunica ao Adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

4. Após a aceitação da minuta do contrato pelo Adjudicatário, a Entidade Adjudicante notifica-o do prazo para outorga, através de assinatura por meios eletrónicos e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a três dias.

Artigo 23.º - Celebração de contrato escrito

1. O contrato deve ser celebrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de decorridos 10 (dez) dias contados da data de notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes.

2. Se a Entidade Adjudicante não celebrar o contrato no prazo fixado pode o Adjudicatário desvincular-se da proposta, libertando-se a caução que haja sido prestada, sendo o mesmo reembolsado de todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta e com a prestação da caução.

3. O Adjudicatário deve, para efeitos da assinatura do contrato, indicar à Entidade Adjudicante representante para assinatura do contrato e, sendo o caso, documentação para comprovar os poderes do representante, como procuração.

4. No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do art.º 54.º n.º 4 e 105.º n.º 1 al. c) do Código dos Contratos Públicos, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, com sede na União Europeia, devendo, até à data da assinatura do contrato, apresentar os seguintes documentos:

a) cópia do Contrato de Consórcio, devendo indicar-se que cada membro do Consórcio é solidariamente responsável pelo pontual cumprimento de todas as obrigações legais e emergentes do contrato a celebrar com a Entidade Adjudicante, qual a percentagem de participação de cada um dos elementos do Consórcio, que alteração na composição do

Consórcio tem de ser autorizada previamente pela Entidade Adjudicante e qual a Empresa Chefe do Consórcio;

b) procuração outorgada por todos os membros do Consórcio à Empresa Chefe do Consórcio, com poderes para esta empresa receber todas as notificações e comunicações da Entidade Adjudicante ou seu representante respeitante ao contrato a celebrar com a Entidade Adjudicante.

5. A assinatura do contrato é efetuada com a aposição de assinaturas eletrónicas, devendo o Adjudicatário proceder à remessa do contrato assinado à Entidade Adjudicante no referido prazo comunicado pela Entidade Adjudicante, sob pena de caducidade da adjudicação, e é publicitada, pela Entidade Adjudicante, nos termos indicados no Caderno de Encargos.

Artigo 24.º - Novos Serviços – Repetição de serviços similares

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 27.º do Código dos Contratos Públicos, desde já se indica a possibilidade de adoção de um procedimento de ajuste direto com o Adjudicatário deste concurso, para a celebração de um futuro contrato de aquisição de novos serviços que consistam na repetição de serviços similares objeto do presente Concurso Público, até mais 12 (doze) meses, caso a APL, S.A. assim o indique, de modo a assegurar a continuidade da prestação dos serviços aqui em causa.

Secção V - Disposições finais

Artigo 25.º - Despesas

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do Contrato, constituem encargo dos Concorrentes ou do Adjudicatário, conforme o caso.

Artigo 26.º - Legislação aplicável

1. Aplica-se, ainda, ao presente procedimento de contratação o disposto, em especial, nos art.º 34.º a 106.º e art.º 465.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, designadamente a decorrente do Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18/2023, de 16 de agosto, bem como o restante normativo aplicável, incluindo o Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na sua redação atual, designadamente a decorrente do Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto, que estabelece o regime de revisão de preços, a Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, que define as regras e os termos de apresentação dos documentos de

habilitação do Adjudicatário no âmbito de procedimentos de formação de contratos público, e a Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, que regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública.

2. Para dirimir todas as questões emergentes do presente procedimento é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREVALÊNCIA DAS TRADUÇÕES

(a que se refere o artigo 9.º do PROGRAMA DO PROCEDIMENTO)

[•] (*nome, estado civil, BI e morada*), na qualidade de representante de [•] (*firma e sede ou nome e morada*), declara(m), sob compromisso de honra, que a sua representada, para efeitos do disposto no Programa do Concurso público n.º 09-CP-2025 para a “Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância Privada à APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A., aceita que as traduções apresentadas dos documentos não redigidos em língua portuguesa prevaleçam, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Local e data

[*Assinatura do(s) representante(s) legal(ais)*]

ANEXO II - DECLARAÇÃO DO CONCORRENTE

(a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 14.º do PROGRAMA DO PROCEDIMENTO)

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA – previsto no art.º 57.º, n.º 6 do Código dos Contratos Públicos e no Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, como indicado em <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>, a fornecer em plataforma

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA ECONÓMICA

(a que se refere o n.º 2, do artigo 14º do PROGRAMA DO PROCEDIMENTO)

1 – [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ [firma, número de identificação fiscal e sede], depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento n.º 09-CP-2025, relativo à PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA À APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual aceita, sem reservas, todas as suas cláusulas.

Mais declara que a sua representada se obriga a executar os trabalhos que constituem o objeto da aludida prestação de serviços, respeitando todos os preços máximos de referência identificados no artigo 14º do programa do procedimento, pelo valor total de _____(em algarismos e extenso), em resultado da soma dos seguintes valores referentes ao período máximo de 30 (trinta) meses:

- Vigilância regular nos postos fixos e vigilância eletrónica regular: _____(em algarismos e extenso), conforme detalhado no quadro A do presente anexo;
- Serviços ocasionais de vigilância eletrónica: _____(em algarismos e extenso), com base nos preços unitários indicados no quadro B do presente anexo;
- Outros Serviços ocasionais de vigilância: _____(em algarismos e extenso), com base nos preços unitários indicados no quadro C do presente anexo.

A referida quantia decompõe-se pelos seguintes preços de todos os postos de vigilância regulares:

A) Preço de todos os postos regulares:

PR-PREÇO DE TODOS OS POSTOS REGULARES (€)		PP- Preços propostos (valores sem IVA)	
Postos fixos	Localização	Preço Mensal por cada posto (algarismos, duas casas decimais)	Preço proposto para os 30 meses (algarismos, duas casas decimais)
1	Gare Marítima de Alcântara		
2	Edifício Infante D. Henrique - Doca de Alcântara		
3	Edifício VTS - Terrapleno de Algés		
4	Centro de Segurança Portuária - Doca de Alcântara Norte		
5	Docas de Recreio - Alcântara e St.º Amaro		
6	Docas de Recreio - Bom Sucesso e Belém		
7	Docas de Recreio St.º Amaro - acesso ao Balneário		
8	Zona Portuária de Alcântara		
9	Zona Portuária do Poço do Bispo		
10	Terminal de Passageiros da Rocha Conde D'Óbidos		
11	Terrapleno de Pedrouços (Portaria de acesso)		
12	Doca de Alcântara-Vigilância e controlo das instalações da doca		
PE1	Preço de ligação de central local de segurança (deteção de incêndio) e proteção (anti-intrusão) à central recetora de alarmes da empresa adjudicatária *		
TOTAL			

*No valor total deverão ser considerados 3 postos respeitante ao preço PE1

Nota: Aos valores indicados acresce o IVA à taxa legal em vigor

Mais propõe os seguintes preços unitários para serviços de vigilância ocasionais (que a Entidade Adjudicante pode, sendo o caso, requisitar até ao valor total de 173.858,96€ (cento e setenta e três mil, oitocentos e cinquenta e oito euros e noventa e seis cêntimos), respeitante aos serviços ocasionais, iguais ou inferiores aos limites máximos indicados no artigo 14º do programa do procedimento:

B) Preços unitários propostos para a vigilância eletrónica ocasional:

PE- Preços para a vigilância eletrónica (€)	Pp - Preços Propostos com duas casas decimais	
	(valores sem IVA)	
	(algarismos)	(extenso)
PE2 - Preço de deslocação de piquete de intervenção (<u>valor por deslocação</u>)		
PE3 - Preço de permanência do piquete (<u>valor/hora</u>)		
Nota: Aos valores indicados acresce o IVA à taxa legal em vigor		

C) Preços unitários vigilante/hora pelos serviços ocasionais:

		(unidade:Euro)
POV- Preço Trabalhos Ocasioneis (€/hora/vigilante) - Categoria Vigilante	Pp - Preços Propostos com duas casas decimais	
	(valores sem IVA)	
	(algarismos)	(extenso)
POV1 - Hora Diurna		
POV2 - Hora noturna		
POV3 - Hora diurna feriados		
POV4 - Hora noturna feriados		
POVP- Preço Trabalhos Ocasioneis (€/hora/vigilante) -Categoria Vigilante Portuário - APA-P	Pp - Preços Propostos com duas casas decimais	
	(valores sem IVA)	
	(algarismos)	(extenso)
POVP1 - Hora Diurna		
POVP2 - Hora noturna		
POVP3 - Hora diurna feriados		
POVP4 - Hora noturna feriados		
Nota: Aos valores indicados acresce o IVA à taxa legal em vigor		

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar previsto na legislação portuguesa em vigor, nomeadamente ao Código dos Contratos Públicos, designadamente declarando que não se encontra em nenhuma das situações referida no n.º 3 do art.º 69.º do Código do Procedimento Administrativo (referente a incompatibilidades na prestação de serviços à Entidade Adjudicante) e no n.º 2 e seguintes do art.º 9.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, na sua redação aplicável, designadamente da Lei n.º 69/2020, de 9 de novembro, (regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos).

..... [local], [data],

..... [nome e qualidade (ex.: sócio-gerente, administrador, procurador) do representante do interessado],

..... [assinatura, através de assinatura eletrónica mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica]

ANEXO IV – MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

(a que se refere o artigo 16.º do PROGRAMA DO PROCEDIMENTO)

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, sendo a Classificação Final da proposta (CF) calculada através da fórmula seguinte, com o resultado arredondado a duas casas decimais:

$$CF = (PR \times 0,95) + (POV \times 0,02) + (POVP \times 0,02) + (PE \times 0,01)$$

em que:

- a) **PR** – Classificação obtida no fator Preço mensal de todos os Postos Regulares
- b) **PO** – Classificações obtidas nos fatores Preços dos Serviços Ocasionalis, de acordo com os preços hora/homem, calculadas da seguinte forma:

- **POV** – Pontuação do fator Preço trabalhos ocasionais categoria de vigilante

$$POV = (POV1 \times 0,60) + (POV2 \times 0,36) + (POV3 \times 0,02) + (POV4 \times 0,02)$$

Sendo:

POV1 - Hora diurna

POV2 - Hora noturna

POV3 - Hora diurna feriados

POV4 - Hora noturna feriados

- **POVP** – Pontuação do fator Preço trabalhos ocasionais categoria de vigilante Portuário – APA-P

$$POVP = (POVP1 \times 0,60) + (POVP2 \times 0,36) + (POVP3 \times 0,02) + (POVP4 \times 0,02)$$

Sendo:

POVP1 - Hora diurna

POVP2 - Hora noturna

POVP3 - Hora diurna feriados

POVP4 - Hora noturna feriados

- c) **PE** – Classificação obtida no fator Preços para a Vigilância Eletrónica, calculada da

seguinte forma:

$$PE = (PE1 \times 0,60) + (PE2 \times 0,20) + (PE3 \times 0,20)$$

-Sendo:

PE1 - Preço mensal de ligação à central de receção e monitorização de alarmes

PE2 - Preço por cada deslocação de piquete de intervenção

PE3 - Preço/hora de permanência do piquete

2. A fórmula a utilizar na avaliação de cada um dos fatores preço indicados no ponto anterior é a seguinte:

- Pontuação = $((PM - Pp)/PM) \times 100$

Sendo:

PM -Preço Máximo de referência

Pp - Preço da proposta apresentada

3. A pontuação será atribuída numa escala de 0 a 100 pontos.
4. As propostas que apresentem preços superiores aos valores máximos de referência indicados no artigo 14.º do presente Programa serão excluídas.
5. Em caso de empate na classificação final, os critérios de desempate serão os indicados no n.º 4 do artigo 16.º do Programa.

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

(a que se refere o n.º2 a) do artigo 19.º do PROGRAMA DO PROCEDIMENTO)

1 – [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], Adjudicatário(a) no procedimento de “**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA À APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A**”, 09-CP-2025, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante anexa [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... [local], [data],

..... [assinatura ⁽⁵⁾, através de assinatura eletrónica mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão a sua representada.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão a sua representada.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO VI - EQUIPA DE VIGILANTES A AFETAR À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NOS POSTOS FIXOS

(Nos termos do artigo 14.º do Programa do procedimento. A considerar como documento classificado caso contenha dados pessoais que impliquem a identificação qualquer membro da equipa)

..... (indicar o nome/denominação, morada/sede, n.º fiscal de contribuinte, declara que na execução do contrato referente à “Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância Privada à APL, S.A. – Administração do Porto de Lisboa, S.A.”, resultante do concurso público 09-CP-2025, alocação dos seguintes meios humanos nos postos fixos:

[illegible]

ANEXO VII - NOTA JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS PROPOSTOS

(como previsto no artigo 14.º do Programa do Procedimento)

Documento a considerar como classificado nos termos do n.º 4 do artigo 57.º-A do CCP**A. Custo por trabalho regular**

POSTO FIXO		
[IDENTIFICAR POSTO]		
Número de efetivos	(especificar)	
CUSTOS DIRETOS REMUNERAÇÕES		
	Fórmula	Valor
1. Custo Remuneração base	(especificar)	Resultado
2. Custo Subs. Trab Noturno	(especificar)	Resultado
3. Custo Subs. Feriados	(especificar)	Resultado
4. Custo Subs. Aliment	(especificar)	Resultado
OUTROS CUSTOS DE TRABALHO		
	Rácios	Valor
Absentismo remunerado	(especificar)	Resultado
Provisões (férias, subsídios, indemnizações)	(especificar)	Resultado
Recrutamento, formação, estágios	(especificar)	Resultado
Seguro Acidentes Trabalho	(especificar)	Resultado
Seguro Resp Civil	(especificar)	Resultado
Medicina Trabalho	(especificar)	Resultado
Fardamentos e equipamentos	(especificar)	Resultado
Central de Controlo	(especificar)	Resultado
Supervisão, Controlo Operacional e HST	(especificar)	Resultado
GASTOS DE ESTRUTURA		
	Rácios	Valor
(Especificar)	(especificar)	Resultado
(Especificar)	(especificar)	Resultado
(Especificar)	(especificar)	Resultado
(Especificar)	(especificar)	Resultado
OUTROS		
	Rácios	Valor
(Especificar)	(especificar)	Resultado
		Valor
CUSTOS TOTAIS DO POSTO 2025	[Conforme proposta]	Resultado
CUSTOS TOTAIS DO POSTO 2026	[Considerando a estimativa de aumento de 5,76%]	Resultado
CUSTOS TOTAIS DO POSTO 2027	[Considerando a estimativa de aumento de 5,76%]	Resultado

VIGILÂNCIA ELETRÔNICA (PE1)			
3 POSTOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA REGULAR	Valor de referência	Fórmula	Valor
	(especificar)	(especificar)	(calcular)
			Valor
CUSTOS TOTAIS - 3 POSTOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA REGULAR 2025	[Conforme proposta]	Resultado	
CUSTOS TOTAIS - 3 POSTOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA REGULAR 2026	[Considerando a estimativa de aumento de 5,76%]	Resultado	
CUSTOS TOTAIS - 3 POSTOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA REGULAR 2027	[Considerando a estimativa de aumento de 5,76%]	Resultado	

B. Preços unitários propostos para a vigilância eletrônica ocasional:

	Valor de referência	Fórmula	Valor
PE2 - Preço de deslocação de piquete de intervenção (valor por deslocação)	(especificar)	(especificar)	(calcular)
PE3 - Preço de permanência do piquete (valor/hora)	(especificar)	(especificar)	(calcular)

C. Preços unitários vigilante/hora pelos serviços ocasionais

- Categoria Vigilante			
	Valor de referência	Fórmula	Valor
POV1 - Hora Diurna	(especificar)	(especificar)	(calcular)
POV2 - Hora noturna	(especificar)	(especificar)	(calcular)
POV3 - Hora diurna feriados	(especificar)	(especificar)	(calcular)
POV4 - Hora noturna feriados	(especificar)	(especificar)	(calcular)
- Categoria Vigilante Portuário - APA-P			
	Valor de referência	Fórmula	Valor
POV1 - Hora Diurna	(especificar)	(especificar)	(calcular)
POV2 - Hora noturna	(especificar)	(especificar)	(calcular)
POV3 - Hora diurna feriados	(especificar)	(especificar)	(calcular)
POV4 - Hora noturna feriados	(especificar)	(especificar)	(calcular)

ANEXO VIII – MODELOS DE GARANTIAS

(a que se refere o artigo 21.º do PROGRAMA DO PROCEDIMENTO)

Este anexo é composto por três modelos

MODELO GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Guia de depósito Euros [•] €

Vai [•] (firma do Adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente Adjudicatário), com sede em [•] (morada), depositar na [•] (sede, filial, agência ou delegação) do Banco [•] a quantia de € XXX (XXX mil euros) em dinheiro, como caução exigida nos termos do artigo 21.º do PROGRAMA DO CONCURSO Público n.º 09-CP-2025 para a “*Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância Privada à APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.*”, destinada a garantir a celebração do respetivo contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem da APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., pessoa coletiva n.º 501202021, com sede na Gare Marítima de Alcântara, 1350-355, Lisboa a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecidas na qualidade

MODELO GARANTIA BANCÁRIA

À beneficiária APL – Administração do Porto de LISBOA, S.A. [indicar APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., pessoa coletiva n.º 501202021, com sede na Gare Marítima de Alcântara, 1350-355, Lisboa].

O [•] (Banco), com sede em [•] (morada), com o capital social de [•] (capital social), pessoa coletiva número [•] (número de identificação de pessoa coletiva), representado por [•] [representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)], vem prestar, por conta e a pedido do Ordenante [•] (firma do Adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do agrupamento de concorrentes Adjudicatário), com sede em [•] (morada), como Adjudicatário do Concurso Público n.º 09-CP-2025 para a “Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância Privada à APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A”, promovido pela APL, S.A., garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor da referida Beneficiária, como se a mesma estivesse constituída em moeda corrente, até ao valor de € XXX (XXX mil euros), correspondente à caução prevista no artigo 21.º do Programa do Concurso, destinada a garantir a celebração do respetivo contrato entre a Beneficiária e a Adjudicatária, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração.

Consequentemente, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, à referida Beneficiária, até àquele valor sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo Beneficiário, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 48 horas a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo de concurso e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra a Beneficiária que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do Ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente garantia bancária são processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pela Beneficiária.

A presente garantia bancária é de € XXX (XXX mil euros) e será cancelada pela Beneficiária no prazo máximo de 30 dias contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por

parte do Adjudicatário.

Caso alguma das disposições da presente garantia bancária se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecidas na qualidade]

MODELO SEGURO-CAUÇÃO

A [•] (companhia de seguros), com sede em [•] (morada), presta a favor da beneficiária.....[indicar APL - Administração do Porto de LISBOA, S.A., pessoa coletiva n.º 501202021, com sede na Gare Marítima de Alcântara, 1350-355, Lisboa] e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com [•] (tomador de seguro), garantia à primeira solicitação no valor de € XXX (XXX mil euros), correspondente à caução prevista no artigo 21.º do PROGRAMA DE CONCURSO, do Concurso Público n.º 09-CP-2025 para a “Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância Privada à APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A. destinada a garantir a celebração do respetivo contrato entre a Beneficiária e a Adjudicatária e o bom e integral cumprimento das obrigações que [•] (firma do Adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do agrupamento de concorrente Adjudicatário), com sede [•] (morada), assumirá no contrato que com ele a referida Beneficiária, vai celebrar e é regulado nos termos da legislação portuguesa aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação da referida Beneficiária, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o Contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que [•] (firma do Adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do agrupamento de concorrente Adjudicatário) assume com a celebração do respetivo Contrato.

A companhia de seguros não pode opor à referida Beneficiária, quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser alterada ou extinta (por revogação, denúncia, cancelamento ou outro), sem autorização ou indicação da Beneficiária.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) devidamente reconhecida na qualidade]

Anexo IX – Modelo de declaração respeitante aos dados pessoais

[a que se refere a alínea d), do número 2, da cláusula 14.^a, do programa de procedimento]

Eu, _____ [nome completo do declarante] _____, declaro que relativamente aos meus dados pessoais, tomo conhecimento da, e se necessário e aplicável, dou o meu livre, expresso e informado consentimento à, comunicação pela [nome da entidade que vai comunicar os dados à APL-Administração do Porto de Lisboa, S.A. (APL, S.A.)] (doravante Entidade Comunicante) dos meus dados à APL, S.A. no âmbito do concurso público com publicidade internacional, n.º 09-CP-2025, para celebração do contrato de “Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância Privada à APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.” (doravante o “Concurso”). O fundamento de licitude desta comunicação são, conforme aplicável, as alíneas a) e f), do n.º 1, do artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

A comunicação dos meus dados pessoais será regida pelo seguinte:

Os meus dados serão comunicados como parte da demais documentação da proposta da Entidade Comunicante no âmbito do Concurso.

A APL, S.A., com sede na Gare Marítima de Alcântara, 1350-355 Lisboa, será a responsável pelo tratamento dos meus dados que lhe sejam comunicados pela Entidade Comunicante no âmbito do referido Concurso.

Os meus dados serão tratados exclusivamente para a finalidade de gestão do processo concursal n.º 09-CP-2025 e, se aplicável, subsequente relação contratual, tendo como base de licitude a alínea f), do n.º 1, do artigo 6.º do RGPD. A APL, S.A. aplicará as medidas técnicas e organizacionais adequadas tendo em conta o risco do tratamento e a natureza dos dados comunicados.

Os dados comunicados serão conservados pelo prazo legal exigido para a conservação dos documentos do Concurso ou do contrato celebrar no âmbito do mesmo, se aplicável.

Os dados comunicados não serão usados pela APL, S.A. para decisões automatizadas, nem para a definição de perfis, nem serão transferidos para um país fora da União Europeia ou para uma organização internacional.

Relativamente aos meus dados pessoais tenho conhecimento e estou informado que os mesmos correspondem os seguintes direitos (previstos no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados):

Direito de acesso;

Direito de retificação;

Direito ao apagamento;

Direito à limitação do tratamento;

Direito de portabilidade;

Direito de oposição ao tratamento;

Poderei exercer estes meus direitos junto da APL, S.A. através do seu Encarregado de Proteção de Dados, o qual pode ser contactado através das seguintes formas:

dpo@portodelisboa.pt

Mais declaro que, se aplicável e legítimo, tenho o direito de, em qualquer momento, retirar o meu consentimento.

Reconheço que sou também informado de que tenho o direito de apresentar uma queixa junto da autoridade de controlo, que no presente caso é a CNPD – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

O TITULAR DOS DADOS

[NOME]